



## ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada  
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique  
Membro Honorário da Ordem da Liberdade  
Medalha de Mérito Cultural  
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra  
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra  
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português  
Instituição de Utilidade Pública

### ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DA ARE DE 30 DE MARÇO DE 2023

A Mesa do Plenário da ARE agendou para o dia 30 do mês de março de 2023, pelas 21h, no Student's Hub (Antiga Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, POLO I), uma reunião ordinária do Plenário da ARE, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Informações;
2. Apresentação do Relatório Final da Comissão Especializada Órgãos de Fiscalização e de Investigação;
3. Outros assuntos.

A presente ata é lavrada segundo o artigo 19.º do Regimento Interno da ARE, onde é referido que *“Das reuniões do Plenário da ARE é sempre lavrada ata, o mais possível discriminada e completa acerca dos acontecimentos e intervenções que nelas ocorrem” e que “A cada ata é anexado um resumo das deliberações tomadas na reunião (...)”*.

Os anexos à presente ata são:

- Anexo 1 - Resumo das deliberações tomadas na reunião;
- Powerpoint do Relatório final da Comissão Especializada Órgãos de Fiscalização e de Investigação.

Na reunião estiveram presentes 17 elementos da presente Assembleia de Revisão de Estatutos em funções, os membros Armando Manuel Machado Remondes, Beatriz Margarida Oliveira Bernardo, Beatriz Rodrigues Ribeiro, César Filipe Torres de Sousa, Daniel Tadeu dos Santos Sousa Mendes, Disa Alexandra Queiroz Palma, Emanuel Fernandes Nogueira, Gonçalo Alexandre Leandro Santos, João Emanuel Batista Bento, José Miguel Taipa de Sousa Freire da Mota, Luís António Alves Almeida, Luís Fernando Gonçalves Carvalho, Mariana Madeira Alexandre, Rafael Almeida Alves, Roberto Filipe Louro Geraldês, Rodrigo André Sousa Marques e Tomás Nunes Amaral Rodrigues Craveiro.

Os membros Ana Catarina Chen Wang, Beatriz Marques Mendes, Diogo Luís Quaresma Flório, Gustavo Pedro Honório Nunes, João André Dias Craveiro, João Miguel Almeida Santana, João Pedro Carvalho Caseiro, Lúcia Daniela Pinto Parente, Pedro Miguel Mendes Monteiro e Vítor Manuel Marta Neves Chavez Sanfins não estiveram presentes na reunião plenária, tendo apresentado justificação de falta.



## ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada  
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique  
Membro Honorário da Ordem da Liberdade  
Medalha de Mérito Cultural  
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra  
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra  
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português  
Instituição de Utilidade Pública

### ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

Os membros Daniel Seco Gonçalves Aragão da Silva, Filipe Nuno Carvalho Rosa, Samuel Ramos Fernandes, não estiveram presentes e não apresentaram justificação de falta.

André Cosme Mota Ribeiro encontra-se em suspensão de mandato.

O Presidente da ARE/AAC, Daniel Tadeu, fez a primeira chamada às 21:38h e, estando reunido o quórum de 50%, estando 15 membros presentes, deu início à ordem de trabalhos.

#### Ponto 1 - Informações

Daniel Tadeu informa que a ARE está reduzida a 30 membros, daí que o quórum mínimo esteja reunido para este plenário. Indica que há um elemento novo por parte da Secção Desportiva, mas ainda não faz parte do quórum, porque ainda não assinou o livro de atas, contudo naquele dia encontrava-se presente.

Tomás Craveiro indica que está a estagiar em Aveiro.

**Votação:** Tomás Craveiro pode participar no Plenário por via remota, através do Microsoft Teams?

- a) 3 abstenções;
- b) 0 votos contra;
- c) 12 votos a favor.

Tendo sido aprovado. (*Nota: esta votação foi feita de modo secreto pela plataforma "Mentimeter"*).

Vítor Sanfins tem uma viagem no dia seguinte, já programada antecipadamente, daí que se encontre na sua terra.

**Votação:** Vítor Sanfins pode participar no Plenário por via remota, através do Microsoft Teams?

- a) 6 abstenções;
- b) 1 voto contra;
- c) 9 votos a favor.

Tendo sido reprovado. (*Nota: esta votação foi feita de modo secreto pela plataforma "Mentimeter"*).



## ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada  
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique  
Membro Honorário da Ordem da Liberdade  
Medalha de Mérito Cultural  
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra  
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra  
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português  
Instituição de Utilidade Pública

### ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

Daniel Tadeu indica que o colega Vítor Sanfins não poderá participar na reunião, visto que não foi aprovado, daí que tenha de apresentar justificação de falta. Informa que recebeu as justificações de falta dos membros, relativamente ao dia 27 de março de Gustavo Nunes (estava de férias no estrangeiro) e Rafael Alves (tinha uma recensão para terminar), tendo aceite as duas. Relativamente a este plenário recebeu as faltas de João Caseiro (motivos de representação institucional fora de Coimbra); Lúcia Parente (estava numa formação); Beatriz Mendes (é presidente do carro de finalista e tiveram jantar de carro); Pedro Monteiro, Catarina Wang e Gustavo Nunes (encontravam-se numa atividade da DG - Arraial InterNúcleos); João Craveiro (tem exame no dia seguinte); João Santana (estava em preparativos para o festival do dia seguinte). Afirma que aceitou todas as justificações dos colegas, sendo que vai aceitar a justificação de faltas de Vítor Sanfins.

*Nota: Roberto Geraldês entrou na reunião às 21:50h.*

Roberto Geraldês teve um jantar com a namorada, que se prolongou.

**Votação:** Roberto Geraldês pode participar na reunião?

- a) 5 abstenções;
- b) 1 voto contra;
- c) 10 votos a favor.

Tendo sido aprovado. (*Nota: esta votação foi feita de modo secreto pela plataforma "Mentimeter"*).

Daniel Tadeu afirma que o jantar de convívio dos elementos da ARE está marcado para dia 14 de abril e pede que todos respondam se podem ou não ir (no Whatsapp), para terem um número considerável de pessoas. Indica que este jantar será muito positivo para a assembleia. Em relação ao Doodle para o plenário extraordinário, pede que respondam até dia 4 de abril a data que dá mais jeito para poder agendar o plenário. Naquele momento a data que está a ganhar é a de dia 11 de abril.

Beatriz Ribeiro questiona, na eventualidade de haver assembleia magna marcada para essa semana, se terão ARE.

Daniel Tadeu diz que irá conversar com Gonçalo Pardal, presidente da AM. Indica, também, que o prazo para descarregar os ficheiros do Microsoft Teams será até dia 1 de abril.

João Bento afirma que o prazo para usufruírem do Teams será só até ao meio-dia de sábado. A Comissão de Comunicação reuniu e está a preparar o texto para Daniel Tadeu



## ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada  
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique  
Membro Honorário da Ordem da Liberdade  
Medalha de Mérito Cultural  
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra  
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra  
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português  
Instituição de Utilidade Pública

### ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

ler na assembleia magna para a prorrogação de mandato. Afirma que haverá novas publicações nas redes sociais da ARE. Pede que retifiquem os relatórios, tendo até sábado de manhã, para o fazerem. Informa que, depois da AM, a Comissão de Comunicação vai manter uma rubrica mensal, para informar do trabalho desta assembleia. Indica que ainda se está a analisar o que se irá fazer na Queima das Fitas, em relação à comunicação da ARE, bem como para a comemoração de 1 ano de mandato.

Roberto Geraldes acha de mau agrado não terem aceite a justificação de Vítor Sanfins e realça que a sua justificação também não seria aceite, caso se tratasse de uma votação por 2/3 dos presentes. Considera que tal não faz sentido, sendo que são duas pessoas que querem participar na ARE.

#### **Ponto 2 - Apresentação do Relatório Final da Comissão Especializada Órgãos de Fiscalização e de Investigação**

Procedeu-se à apresentação do Relatório Final da Comissão Especializada Órgãos de Fiscalização e de Investigação, que se encontra anexado à presente ata. Após a apresentação, seguiu-se um período de questões colocadas pelos membros do Plenário, às quais os membros desta Comissão responderam posteriormente.

João Bento agradece aos colegas a apresentação e os esclarecimentos dados. Em relação à linguagem jurídica, refere lembrar-se de ver uma notícia que dizia que em Portugal conseguiram alterar a linguagem dos processos e com isso conseguiram uma maior adesão voluntária dos visados, sendo que isto foi feito para processos mais simples. Questiona se a Comissão analisou essa solução.

César Sousa afirma que entende que há casos em que o léxico é confuso, mas não se pode prescindir da linguagem normativa. Pode haver uma construção mais acessível das normas e com nuances, mas não se pode prescindir do léxico.

João Bento questiona, em relação aos textos da Comissão Disciplinar/Conselho Fiscal, se é preciso recorrer-se a um advogado ou se não é preciso recorrer a entidades externas (ou seja, se a nível interno basta). Faz a questão porque foi dito várias vezes que a linguagem utilizada é bastante complexa, mas se uma equipa de estudantes de medicina, por exemplo, se quiser candidatar provavelmente não conseguem escrever um texto dessa índole.



## ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada  
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique  
Membro Honorário da Ordem da Liberdade  
Medalha de Mérito Cultural  
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra  
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra  
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português  
Instituição de Utilidade Pública

### ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

Luís Carvalho considera não fazer sentido contratar, uma vez que esta Associação é de estudantes. Indica já ter havido a opinião, um pouco utópica, de ser obrigatoriamente um estudante de direito de 4º ano desempenhar estas funções à frente da Comissão Disciplinar/Conselho Fiscal. Considera que se deve canalizar a linguagem de um modo mais fácil/universal, para que não seja complicado ler. Podendo haver alguma formação ou uma espécie de manual que clarifique a processualidade toda, mas não analisaram o que João Bento questionou.

João Bento afirma que poderá se colmatar essa falha com o documento anotado.

Beatriz Ribeiro recorda que no início da revisão aprovaram que haveria um documento/estatutos anotados. Pode ser útil pensar em existir um provedor do estudante, uma pessoa intermediária para esclarecer o que está dito nos estatutos, a nível jurídico.

João Bento indica que uma das coisas faladas na ARE de 2015-2017 foi que, com a nova composição do CF, queriam que houvesse um grande papel dos Conselhos Intermédios na parte da fiscalização. Pergunta se analisaram isso, ou se faz sentido aumentar esse papel de fiscalização.

Beatriz Ribeiro salienta a questão que está no Regimento Interno da Comissão Disciplinar, art.2º, que fala de um elemento da CD estar responsável pelos Conselhos Intermédios. Considera que se deve estudar se isso realmente acontece.

Luís Carvalho diz que se deve definir regulamentarmente se algum membro do CF, por deliberação da Assembleia, pode estar nas assembleias (dos núcleos, desportivas, etc).

João Bento questiona o que acham de haver um elemento dos Conselhos Intermédios indigitado no Conselho Fiscal, à semelhança do que já foi proposto para a Direção-Geral, ainda para mais tendo estes órgãos um papel de fiscalização e auxílio ao CF/AAC.

César Sousa afirma que para a DG não há segundo contingente, ao contrário do que acontece com o CF, logo não há representação dos seccionistas. Assim, considera que não é preciso indigitar ninguém para os órgãos, através dos Conselhos.

Luís Carvalho diz que talvez possa fazer sentido numa próxima organização de como será a deliberação de como a CD irá funcionar.



## ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada  
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique  
Membro Honorário da Ordem da Liberdade  
Medalha de Mérito Cultural  
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra  
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra  
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português  
Instituição de Utilidade Pública

### ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

Daniel Tadeu dá a opinião que poderia acontecer na DG haver três membros de cada Conselho intermédio.

César Sousa recorda que havendo indigitação, por parte dos Conselhos Intermédios para a CF e CD, poderia levar a isenção, acumulação de cargos, conflito de interesses, entre outros.

João Bento clarifica que fez esta questão porque os Conselhos têm uma função fiscalizadora. Quanto aos membros do Tribunal Constitucional, pergunta como é feita a nomeação desses membros e como aplicar isso na AAC.

Beatriz Ribeiro afirma que muitos deles são escolhidos pela Assembleia da República, outros provêm dos Tribunais Administrativos.

João Bento afirma que a pergunta foi feita porque se falou no método de eleição da CD (da tómbola) e do CF não, embora na apresentação tenha sido feita a comparação do Tribunal Constitucional com o CF e nunca com a CD. Questiona se não consideram que devia haver um método não político/direto para o CF.

César Sousa afirma que se pode contribuir para um menor risco de politização dos órgãos, contudo numa associação é difícil evitar que isso aconteça sem ferir o seu funcionamento democrático. Isto porque, na nomeação de juizes, foi-lhe dada essa competência, onde avaliam a entrevista e currículo. Na AAC deve estar quem os associados acham que deve estar. Ao diminuir o risco de politização, pode dar lugar ao nepotismo.

João Bento indica que falaram que a CD deve mudar. Questiona o porquê de só este órgão e não também o CF, tornando-se um politizado e o outro não.

Luís Carvalho indica que talvez porque os problemas são outros, e talvez o método de eleição possa ajudar com a mudança, neste caso tentando resolver o problema.

Emanuel Nogueira acrescenta que no antigo método havia até intenção para se alargar ao CF, isto dito por membros da ARE de 2015/2017.

João Bento quanto à divulgação dos processos, pergunta se estudaram se consideram que os processos devem estar no site, isto porque os princípios do CPP apresentados mandatavam a isso, ou seja, a haver disponibilização/transparência dos processos. Se acham que devia haver algum tipo de sanções caso isso não aconteça.



## ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada  
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique  
Membro Honorário da Ordem da Liberdade  
Medalha de Mérito Cultural  
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra  
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra  
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português  
Instituição de Utilidade Pública

### ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

Beatriz Ribeiro indica que houve dificuldade em encontrar os processos, contudo há uma questão que é a proteção de dados, daí que haja a privacidade dos dados pessoais, devendo haver esse tipo de cuidados, sendo que os estatutos devem prever sanções para quando tal não acontece.

César Sousa considera que nem os próprios membros do CD e da secretaria sabem se podem disponibilizar os processos, sendo que por norma até ligam ao dirigente investigado para saber se podem mostrar e deve haver essa consulta de documentos, sem o dirigente saber se alguém ou quando foram consultados.

João Bento pergunta se os níveis de acesso falados no RGDP podem solucionar essa questão.

Beatriz Ribeiro informa que se um dirigente está a ser processado, mas não assina que consente a disponibilização dos dados publicamente, a AAC pode levar um processo por isso. Se houver um regular processo de proteção de dados termina-se com esse problema. Há desconhecimento da lei de saber quem pode consultar os processos.

João Bento quanto às sanções diretas, sabe que vai contra o princípio da presunção de inocência. Questiona se poderia ser útil haver um mecanismo estilo “multa”, por exemplo quando há atraso no relatório de contas, para não haver questões de morosidade.

Luís Carvalho entende que o plenário tem de clarificar o que é uma falta estatutária ou disciplinar.

Beatriz Ribeiro afirma que por mais que se queira a automatização de processos, as pessoas têm de ser sempre ouvidas.

César Sousa acrescenta que se tem de ter em conta o bem violado e a sua gravidade, pensar se se quer essa rigidez para o funcionamento da AAC, até porque uma flexibilidade, dentro do bom senso, pode ser benéfica.

João Bento indica que, na ARE de 2019, o próprio CF propôs que os núcleos/secções fossem impedidos de tomar posse até apresentarem o relatório de contas do mandato que finda.

Beatriz Ribeiro diz que há sempre um aviso prévio e só depois é que as contas são bloqueadas.



## ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada  
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique  
Membro Honorário da Ordem da Liberdade  
Medalha de Mérito Cultural  
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra  
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra  
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português  
Instituição de Utilidade Pública

### ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

João Bento, quanto aos princípios do CPP, diz sentir que as pessoas, na casa, não usam o "in dubio pro reo". Questiona como é que se pode implementar isso.

Beatriz Ribeiro refere que para além do processo, há uma fase de investigação, sendo que as pessoas nesta fase têm mais dúvidas/especulações. Devia haver direito de sigilo, sendo que devia haver uma medida para esse incumprimento (do não respeito pelo sigilo) e quem deveria aplicar essa sanção a estes órgãos superiores.

João Bento questiona, quanto aos princípios do CPP, se deve ser algo que pode ser reforçado nos Estatutos da AAC, ou os estados deveriam completar os princípios.

César Sousa responde que alguns já estão implícitos nas normas no CF/AAC. Acha que devem ser tidos em conta quando estiverem a rever os órgãos. Podem estar, como podem não estar tipificados.

João Bento refere que há mais processos quando existem eleições, pergunta se há alguma justificação para isso.

Beatriz Ribeiro esclarece que este tema não fez parte diretamente da investigação, mas como é um tema que mexe com os candidatos, há mais motivos para as pessoas fazerem queixas. Quando há alguma morosidade dos processos, as pessoas costumam tratar diretamente dos problemas, sem recorrer aos órgãos.

João Bento pergunta se deve haver um Código Penal da AAC ou é utópico.

Luís Carvalho acha que se essa questão deve ser discutida no plenário, não se tendo falado nisso nas entrevistas.

César Sousa indica que o António Arnault reconheceu a falha na tipificação de factos que pudessem constituir ilícito disciplinar, não significando que se deva criar um CP avulso. Pode haver alguns tipos de ilícitos disciplinar tipificados nos Estatutos.

Beatriz Ribeiro acrescenta que já há a lei, pelo que não é necessário haver uma lei especial, só porque é a Académica.

João Bento questiona, atendendo aos factos expostos na apresentação, se deve haver um aumento no número de elementos do segundo contingente ou se deve ser o primeiro contingente a diminuir de tamanho.



## ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada  
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique  
Membro Honorário da Ordem da Liberdade  
Medalha de Mérito Cultural  
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra  
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra  
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português  
Instituição de Utilidade Pública

### ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

Armando Remondes diz ter havido entrevistas em que disseram que os suplentes deviam ter competências alocadas, mas não há uma opinião uniforme.

Beatriz Bernardo pediu desculpa pelo atraso na entrega do relatório e diz que se alguém tiver alguma dúvida que estão disponíveis para o esclarecimento das mesmas. Indica ainda não ser responsável pelos *stickers* exibidos na apresentação.

#### **Ponto 3 - Outros assuntos**

Daniel Tadeu pede que leiam os relatórios e os Estatutos durante as férias da Páscoa, bem como que se foquem nas áreas de interesse de cada um. Isto porque têm de começar a “editar” os Estatutos, por vezes há pequenas gafes simples de correção. Deseja a todos uma boa Páscoa.

Sem mais intervenções Daniel Tadeu dá a reunião por terminada.

---

Daniel Tadeu  
-Presidente-

---

Mariana Gil Passos  
-Secretária-

---

Guilherme Castro  
-Secretário-

---

Ana Carolina Miguel  
-Secretária-